

APRENDENDO A ENSINAR A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DA SAÚDE COLETIVA

Jussara Botelho Franco^{*}
Marta Regina Cezar Vaz^{**}

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento experiencial) é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la.

Paulo Freire

RESUMO

O presente artigo trata da educação popular ambiental não formal como um campo do saber que dialoga com o campo da saúde coletiva na busca da qualidade de vida aliada à mudança social de coletivos de trabalhadores envolvidos no processo educativo a partir de suas necessidades. Mostra seu significado e abrangência ao focar os problemas socioambientais das comunidades refletindo na promoção da autonomia e da cidadania.

Palavras-chave: educação popular ambiental, saúde coletiva, qualidade de vida,

^{*} Pedagoga, Professora colaboradora do NEEJA – Núcleo de Estudos em Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal do Rio Grande, Mestre em Educação Ambiental.

^{**} Orientadora, Professora do PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, Doutora em Filosofia da Enfermagem.

What we intend to do with dialogue, in any case (regarding scientific and technical knowledge, or experiential knowledge), is to problematize knowledge itself in its undeniable relation with the concrete reality it is generated in and on which it interferes, to better understand, explain, and transform it.

Paulo Freire

ABSTRACT

**Learning how to teach from a Socioenvironmental
Perspective in Collective Health**

This paper deals with non-formal popular environmental education as a field which dialogues with collective health in search of quality of life connected to social changes in the lives of workers who are involved in educational processes and their needs. It shows how meaningful and how broad non-formal popular environmental education can become when it focuses on the communities' socioenvironmental problems, thus, promoting autonomy and citizenship.

Key words: Popular Environmental Education; Collective Health; Quality of Life.

Este escrito é produto de reflexões originadas a partir da oficina intitulada Educação Popular Ambiental, ministrada na Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II – Rio Grande/RS –, inserida dentro do projeto “Oficinas de Capacitação de Multiplicadores para atuar na prevenção de DST/AIDS para sem teto, catadores e recicladores de lixo das grandes metrópoles”, promovido pela Central dos Movimentos Populares do Rio Grande do Sul.

A oficina tratou a questão metodológica, percebida como o processo em si, que constituiu a relação em seus aspectos sociopolíticos e pedagógicos, capazes de produzir significados e dar sentido às necessidades de aprendizagens de saúde coletiva dos sujeitos envolvidos. O objetivo perseguido foi o de construir a partir da experiência vivida

uma ponte capaz de permitir a esses coletivos de trabalhadores “multiplicadores” integrar práticas educativas socioambientais e aspectos relacionados à qualidade de vida e saúde coletiva a partir das necessidades das comunidades onde atuam.

A proposta de situar a educação popular ambiental¹ na área da saúde coletiva ressalta o vínculo entre esses dois campos, uma vez que tratam de sujeitos coletivos, que lutam por direitos sociais, por direitos humanos básicos, como saúde e educação, que lutam por direitos civis, que lutam por um ambiente onde todos possam satisfazer suas necessidades e exercer sua humanidade em plenitude.

Foi a partir da operacionalização dessa oficina e das discussões geradas na disciplina Educação Ambiental e Saúde Coletiva, que surgiram ligações com o projeto em pauta no que se refere ao tema qualidade de vida, educação popular ambiental e mudança social para tanto, trabalhando a autonomia dos sujeitos.

Nesse caminhar percebemos a necessidade dialética de enxergar o tema qualidade de vida com o olhar carregado de suspeita epistemológica sobre seu real sentido, que pode significar a perpetuação do posto ou um projeto socialmente transformador.

Pensar a educação popular ambiental nos espaços não formais² por esse viés se constitui em uma via de duas mãos já que pode servir também para mascarar a mudança, ao ignorar que qualidade de vida é

¹ Educação popular ambiental vista como prática educativa capaz de tratar questões emergentes na vida social, fala do ambiente lançando o olhar para além do ecossistema natural, sem excluí-lo, mas percebendo-o como um espaço histórico de lutas que se objetiva em torno dos conflitos e tensões das relações socioambientais. O adjetivo popular significa promover a educação dos trabalhadores, buscando reforçar o poder popular através de sua participação, com a finalidade de romper a lógica social vigente e construir outras alternativas societárias (FRANCO, 2005).

² Os espaços não formais são ambientes educativos que se constituem nas relações estabelecidas entre comunidade e sociedade, entre seus sujeitos coletivos e individuais, nos embates ideológicos, por isso o ambiente educativo se constitui no momento complexo das relações (GUIMARÃES, 2004).

uma construção sócio-histórica e o termo, por sua abrangência polissêmica, encontra-se carregado de ideologia.

Nesse sentido, no universo de possibilidades que se apresentam dentro do enfoque da educação popular ambiental, é fundamental ter presente a compreensão das necessidades dos sujeitos, individual e coletivamente, na ressignificação de seus saberes associados ao seu entendimento de ambiente.

O conceito de ambiente é permeado por um conjunto conceitual de categorias em função do sentido adotado para cada conceito, o que reflete tendências políticas, teóricas e metodológicas amparadas em diferentes visões. Ao problematizar o conceito de ambiente, a intenção é contribuir na reflexão já existente, a fim de possibilitar maior clareza das suas abordagens.

As teorias apresentam uma dinâmica conflitiva entre tendências com posições antagônicas, refletem o “olhar” e o “fazer” de cada um, estão profundamente arraigadas aos conhecimentos científicos adquiridos, possuem raízes históricas e buscar rupturas significa romper com correntes filosóficas, paradigmas e relações sociais construídas por princípios – sejam as verdades cartesianas que reduzem a natureza a objeto ou as verdades idealistas que pensam a humanidade diluída na natureza harmônica – a dicotomia permanece.

Segundo Loureiro (2004b) o conceito de ambiente para algumas tendências hegemônicas³ fica subordinado à resolução dos problemas do ambiente, como uma finalidade de atos a praticar “em seu benefício”, já que ele é visto como uma externalidade, um fim em si mesmo; nesse sentido, ignorando a processualidade, a problematização, a contextualização e a crítica às relações sociais vigentes.

³ Tendências pragmáticas baseadas nas doutrinas de Peirce, James, Dewey e Schiller, para quem a tese fundamental é que a verdade da doutrina consiste na sua utilidade e na satisfação ou êxito que possa trazer que seja suscetível de aplicação prática e voltada para a ação.

Assim, ao falar em ambiente sei que não expresse linguagem universal, o que por si só é positivo; a compreensão que tenho dele, parafraseando Freire, tem suas raízes na forma de “ver, ser e estar no mundo e com o mundo” (FREIRE, 1987) e na “incompletude do ser humano” (FREIRE, 1983).

O olhar como cada um percebe a si e ao ambiente e as diferentes compreensões da relação sociedade-natureza qualificadas pelas discussões postas, principalmente a partir dos anos 60 do século passado, quando se começou a perceber a necessidade de adjetivar a educação de ambiental⁴, não permitem conceituá-lo de forma única.

A Conferência Intergovernamental de Tbilisi, 1977, até hoje acolhida como referência pela sua representatividade mundial, recomenda em seus princípios, entre outras considerações, que o ambiente seja considerado em sua totalidade, o que envolve os aspectos naturais e os criados pelo ser humano, em uma dinâmica relacional de mútua constituição.

Entender o ambiente em detrimento das demais contextualizações da problemática ambiental, lançando o olhar apenas para a estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos é ignorar sua estreita ligação com a dinâmica social e esvaziar esse terreno da ação política ao desvincular as dimensões social e natural. Nesse sentido é incoerente desvincular o ambiente natural do ambiente social, pois é dessa união que surge a complexidade dos problemas enfrentados por nós, os quais não podem ser encarados separadamente. A questão de fundo é a impossibilidade de transformar as relações ser humano-natureza sem ao mesmo tempo transformar as relações sociais, incluindo aí as relações ser humano-ser humano.

Na direção apontada, pensar a complexidade dos problemas

⁴ Em termos cronológicos mundiais, a primeira vez que se adotou o nome Educação Ambiental foi em evento de educação promovido pela Universidade de Keele, no Reino Unido, no ano de 1965 (LOUREIRO, 2004, p. 69).

ambientais

implica fazer com que o agir seja consciente, no sentido de saber qual o terreno em que nos movemos, o alcance de determinada ação, apresentando coerência entre o que se quer, a base teórica da qual se parte, onde se quer chegar e quem se beneficia com o processo (LAYRARGUES, 2004, p. 12).

À luz desse entendimento, a categoria ambiente passa a se constituir em uma totalidade não totalitária, que se torna real à medida que é composto por diferentes sujeitos com diferentes visões de mundo.

Com esse olhar caminha Loureiro, ao afirmar que:

Em síntese, como nos diz Leff (2001:17), “o ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo”, desde o momento em que se constitui como a categoria central de um movimento histórico de rediscussão da sociedade, da natureza e da vida em seus significados mais profundos, influenciando também a educação na conformação do que se designa por Educação Ambiental (2004, p. 64).

No sentido apresentado, o movimento histórico é uma das características da atividade humana e ao mesmo tempo o próprio movimento coletivo. A atividade humana possui caráter prático; é na atividade prática da vida cotidiana, caracterizada pela unidade pensamento e ação, que as necessidades tornam-se conscientes, na totalidade das vezes sob forma de necessidade do sujeito. Sua efetivação, que é gradual e contínua, situa-se na esfera das possibilidades e das potencialidades imanentes ao ser social. Mas é necessário ter em mente que essa caracterização não é teoria nem essa atividade cotidiana é práxis.

É nesse movimento dinâmico em que a atividade redefine a idéia e possibilita a construção de novos significados da atividade que interferem na vida prática que a necessidade é construída e constituída. Tem estreita ligação com o modo de organização social e com o modo de

produção dos meios de vida.

Falar das necessidades dos sujeitos implica percebê-las em uma perspectiva mais ampla, que é o caminho seguido por Heller (1986, p. 22), para quem:

La totalidad de las necesidades para la mera supervivencia (comprendido em sustento de los hijos) representa el límite inferior. Pero Marx insiste más de una vez em la historicidad de estas necesidades, em su dependência de la tradición, del grado de cultura, etc. (...).

Buscando em Marx o significado da necessidade a partir da mercadoria como valor de uso, ele nos remete à idéia de que essa mercadoria, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas do estômago ou da fantasia (Heller, 1986), necessidades do e não para o sujeito. Para Heller (1986), quando Marx classifica as necessidades como naturais e socialmente produzidas não está negando o conteúdo social das necessidades naturais, porque o modo de satisfazê-las é social.

O conceito de necessidade socialmente produzida é também o do atendimento das necessidades individuais através de instituições sociais, caso específico das que promovem a educação, a saúde, etc. Necessidade humana portanto não se desvincula da necessidade social e do processo histórico.

No processo histórico surge a necessidade radical, produto do processo de alienação no capitalismo. A necessidade radical é produzida pelas necessidades sociais mediadas que as apontam e definem, mas não as satisfazem. Para tanto é imperativo valer-se das brechas históricas produzidas no sistema social, que possibilitam nesse modo de produção a criação de processos sociais emancipatórios, a exemplo do projeto de capacitação de “multiplicadores” em questão, que motiva os sujeitos a criar necessidades radicais socialmente produzidas, que não podem ser socialmente satisfeitas, a não ser com a substituição do modo de produção em curso.

Com esse entendimento percebo importante reconhecer que a definição dos sujeitos do processo educativo passa pela identificação dos coletivos de trabalhadores em situação/estado de vulnerabilidade socioambiental⁵, decorrentes dos riscos a que estão submetidos em função de preconceitos e/ou desigualdades econômicas na sociedade (LOUREIRO, 2003).

Como está sendo mostrada, a discussão proposta não tem o objetivo de problematizar o tema qualidade de vida, mas partir da educação popular ambiental no contexto da saúde coletiva como prática educativa capaz de tratar questões emergentes na vida social em uma perspectiva interdisciplinar, chamando para isso diferentes saberes e áreas do conhecimento para compreendê-la e promovê-la, sabendo a priori que qualidade de vida não é um campo de consenso.

Nesse desenho situo o papel fundamental da educação popular ambiental como ponta de lança para pensar atitudes que respondam às necessidades sociais, políticas e econômicas dos sujeitos e que, em se tratando de necessidades em saúde coletiva, devem partir da superação do modelo biomédico derivado do positivismo (CAMPOS, 2000). É ao amparo dessas outras/novas formas de fazer e pensar a saúde coletiva que a sociedade civil organizada (no caso a Central dos Movimentos Populares) vem tentando ocupar espaços, porém esbarra em condicionamentos culturais limitantes para propor mudanças que garantam a qualidade de vida e a tornem real e para todos os membros da comunidade.

⁵ Vulnerabilidade socioambiental é termo ainda pouco presente em educação ambiental, resultando em práticas que ignoram a dinâmica da sociedade em que vivemos. “Por estado de vulnerabilidade socioambiental, entendemos a situação de grupos específicos que se encontram: (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos; e (3) ausentes da participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive” (LOUREIRO, AZAZIEL & FRANCA, 2003, p. 17).

A Central de Movimentos Populares do Rio Grande do Sul situa-se como movimento popular emergente entre os que marcam, pela sua ação

uma nova cultura política ao trazerem para a esfera pública novos atores sociais, reivindicação de novos direitos sociais, expansão dos direitos da cidadania e das concepções tradicionais de fazer política, através de propostas participativas, compreendidas em suas dimensões subjetiva e política, voltadas à recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida (Santos e Sorrentino, 2006, p. 5).

Por ter uma visão global das comunidades onde estão inseridos, esses movimentos sociais constroem e efetivam propostas participativas a partir dos problemas ambientais⁶ de suas comunidades, buscando amparo nas diferentes áreas do conhecimento. Para atingir seus objetivos se utilizam de espaços não formais para suas aprendizagens, no caso a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II.

O espaço não formal atua como espaço de constituição dos sujeitos que no coletivo, ao dialogar, ativam as funções psicológicas superiores, já que é na mediação estabelecida pela linguagem que se originam as relações entre os seres humanos, cuja existência depende das experiências e das relações interpessoais, além de possibilitar o entendimento dos fatos como construções socioculturais e históricas (FRANCO, 2006). Permite também o entendimento do ambiente como o espaço onde se dá a vida cotidiana, o encontro com a natureza e a convivência dos grupos humanos e, por isso mesmo, não divorciado da

⁶ Problemas ambientais são aqueles decorrentes de situações em que há risco ou dano socioambiental sem nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou da sociedade civil. O que não significa que o problema não exista ou não tenha sido percebido, apenas que deixou de ser explicitado em função da situação de vulnerabilidade em que os grupos sociais se encontram, não gerando mobilização em torno da questão, que deixa assim de existir socialmente (LOUREIRO, AZAZIEL & FRANCA, 2003).

esfera política como atividade tipicamente humana. Ignorar a ação humana no contexto social é negar a existência do sujeito histórico e da práxis, por isso a importância de não esvaziar esse espaço da subjetividade objetivada e da ação política que nega ao sujeito seu papel de agente social de mudança. Esse é o entendimento de Sawaia (2000), para quem a emoção e o sentimento são, além de um campo de estudo, também ação social transformadora quando superam a dicotomia universal-particular, mente-corpo.

Assim apresentada, a educação popular ambiental no espaço não formal se constitui em atividade intencional que objetiva potencializar a atividade humana ao atuar como mediadora no processo de humanização dos sujeitos, no movimento dialético entre a objetividade e a subjetividade que, ao objetivar-se, se reflete na prática social.

A educação popular ambiental no contexto dos movimentos sociais trabalha a interdependência entre a base de sustentação material dos indivíduos e do planeta e a construção de um novo projeto de sociedade que emancipe o ser humano e onde a vida em todas as suas dimensões seja a medida.

Com esse entendimento é fundamental pensar o campo da saúde coletiva como um conjunto de práticas e saberes que influenciam na promoção da qualidade de vida e extrapolam os serviços de saúde. É essa também a direção assumida por Campos (2000), que se pauta no “reconhecimento de que a saúde coletiva é um saber constitutivo e essencial a todas as práticas em saúde” (p. 233), além de admitir que outros campos produzam conhecimentos e políticas relevantes a sua sustentação.

Coerente então utilizar a abordagem socioambiental para significar o processo de capacitação dos sujeitos “multiplicadores” para que estes, ao intervir nas comunidades, direcionem sua ação sobre os determinantes dos problemas ambientais enfrentados, com o objetivo de

melhorar a qualidade de vida individual e coletivamente.

Nas comunidades, o “multiplicador” vai ser solicitado em situações diversas e necessita ter presente que qualidade de vida, aparentemente, é uma escolha do sujeito, porém ela se situa em múltiplas dimensões, que são objetivas e subjetivas, por isso ele necessita compreender as estruturas sociais, suas influências e seus condicionamentos.

A promoção da saúde abarca um amplo leque de possibilidades de ação, já que promover a saúde é lidar com necessidades dos sujeitos, as quais se refletem na pobreza e na desestruturação que são objetivas e se traduzem pela falta de emprego, de infra-estrutura necessária, pela falta de água potável, de destino adequado aos resíduos, pelo convívio com animais transmissores de doenças, entre outras. Promover a saúde é lidar também com as necessidades da esfera subjetiva, emocional e afetiva, que produz nos sujeitos em situação de vulnerabilidade socioambiental a internalização do pensamento dominante de que são incapazes, pouco produtivos e incompetentes, gerando sentimentos de angústia, depressão e ansiedade, que expressam a insatisfação e podem levar o ser humano a diferentes caminhos.

Para trabalhar a promoção da saúde no contexto da saúde coletiva aliada à qualidade de vida, a educação popular ambiental não pode ser vista como simples mudança de comportamento senão como movimento rumo à mudança de atitudes e valores que capacitem à ação social transformadora. A qualidade política desses “multiplicadores” deve caminhar na direção de despertar a criticidade e a autonomia e, para tanto, pautar-se na colaboração, na participação, na equidade e no controle comunitário, isto é, no exercício da cidadania.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de

saberes e práticas. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, 5(2): 219-230, 2000.

FRANCO, Jussara Botelho. *Educação não formal e educação ambiental: experiência na vida dos trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

_____. *Educação não formal como espaço de constituição do sujeito*. Texto inédito em revisão para publicação, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. 6 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia do oprimido*. – 17 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Mauro. *A formação de educadores ambientais*. Campinas: Papirus, 2004.

HELLER, Agnes. *Teoría de las necesidades em Marx*. Traducción J. F. Yvars. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para que a educação ambiental encontre a educação. In: *Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental* / Carlos Frederico B. Loureiro. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, C.F.B., AZAZIEL, M. & FRANCA, N. *Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*. Rio de Janeiro: IBASE/IBAMA, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educar, participar e transformar em educação ambiental. In: *Revista Brasileira de Educação Ambiental/REBEA – n} 0 (nov. 2004) – Brasília: REBEA, 2004(b)*.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 3 ed., São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Cláudio Coelho, SORRENTINO, Marcos. *Formação de educadores ambientais: em busca da potência de ação*. Texto digitalizado recebido por e-mail em 16 de junho de 2006.

SAWAIA, B. Participação Social e Subjetividade. In: Sorrentino, M. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.